

APROXIMAÇÕES ENTRE A POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO/PREMIAÇÃO DE PERNAMBUCO E PARAÍBA

Laurecy Dias dos Santos
Ana Lúcia Felix dos Santos

1. INTRODUÇÃO

Os desafios impostos pela contemporaneidade têm estimulado constantes enfrentamentos e mudanças no campo das políticas sociais. Em articulação a isso, a educação vem trilhando o percurso imposto pelas novas regras do sistema educacional mundial, o que inclui programas e propostas que envolvem avaliação e regulação. A Política de Educação local vem constituindo e construindo suas ações com vistas a atender as demandas das exigências nacionais e mundiais. As políticas de avaliação educacional implantadas por estados brasileiros são reflexos desse contexto.

Dessa forma, o objeto de estudo aqui exposto compreende a Política do Bônus de Desempenho de Educação - BDE/Pernambuco e Prêmio Escola de Valor/Paraíba. Assim, o nosso objetivo consiste na análise dos pontos de confluência e distanciamento entre ambas as políticas.

A pesquisa, no campo das ciências sociais, adota a perspectiva qualitativa como suporte metodológico, e a análise do discurso teoricamente orientada - ADTO de Fairclough (2016) como técnica de análise dos dados.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: BONIFICAÇÃO/PREMIAÇÃO

A política pública surge para direcionar as necessidades e desenvolver as soluções dos problemas. Suas propostas com mudanças estendem-se por toda sociedade. E "podem provocar mudanças e avanços, mas desvelam, provocam e/ou fazem surgir novos problemas que precisam ser alvo de novas ações governamentais." (AZEVEDO, 2011, p. 115).

O Estado provedor da regulação social, normatiza materializa as políticas públicas para a Educação, e esta, se materializa pela ação dos agentes educacionais (gestores/as escolares, professores/as, equipe pedagógica, apoio educacional, entre outros) no chão das escolas. Os quais, principalmente os que estão na realidade escolar, sentem o maior impacto dessas políticas.

Como parte de suas ações de regulação, o Estado também assume o caráter avaliador da conduta e desenvolvimento da política educacional. Avaliando principalmente as demandas determinadas aos agentes educacionais, como forma de garantir o desempenho educacional. No Brasil, a educação tem passado por critérios avaliativos determinados a todos os seguimentos, porém, nosso debate se expressa em relação a educação básica. Aqui no nosso país podemos citar o SAEB, o ENEM, o ENCEJA, como políticas de avaliação da educação básica. E os entes subnacionais, estados e municípios, vão implantando também essas políticas, acrescentando, muitas vezes, uma bonificação por desempenho para professores e gestores escolares.

A bonificação na educação, surge em Nova York como parte das preocupações política de governo, para superar as dificuldades enfrentadas na educação. Conforme nos apresenta Bresolin e Costa (2013, p. 8), "o bônus foi idealizado como uma recompensa e um incentivo para motivar comportamentos desejados dos professores. Com objetivos de aumentar a aprendizagem, estimular a colaboração entre os professores, estimular "novas práticas de ensino", na maioria das vezes pautados em responsabilização e meritocracia.

Os dois estados da Região Nordeste foco desse estudo - Pernambuco e Paraíba – são exemplos de instâncias subnacionais de gestão que elaboraram e colocaram em prática políticas de avaliação da educação, via avaliação de desempenho dos estudos e com a possibilidade de premiação/bonificação para professores e gestores escolares, conforme apresentaremos a seguir.

3. A POLÍTICA DO BÔNUS DE DESEMPENHO EDUCACIONAL – BDE (PE) E O PRÊMIO ESCOLA DE VALOR (PB)

Em PE, o Bônus de Desenvolvimento da Educação - BDE surge no ano de 2007, como parte de um programa maior, Programa de Modernização da Gestão Pública de Pernambuco (teve início no governo de Eduardo Campos 2007-2010, estendo-se ao segundo mandato 2011- 2014), lei de bonificação permanece, como parte da política de educação do governo atual (2015 - 2018).

O BDE é pago aos profissionais das escolas que atingirem as metas, em pelo menos 50%, este receberá a metade do bônus. Considerado o intervalo de 10% até atingir 100% da meta, o BDE é calculado e pago a todas as escolas que chegarem na meta prevista no início do ano letivo . Dessa forma, o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco e as Metas para a Educação Básica fazem parte da política

pública de educação do estado, "cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade social da educação pública, cumprimento das metas estipuladas" (PERNAMBUCO, 2008).

Sobre a PB, ao instituir o Prêmio Escola de Valor, a Secretaria Estadual da Educação elenca pontos como valorização das práticas exitosas com "sucesso no enfrentamento dos desafios no processo de ensino e aprendizagem." (PARAÍBA, 2016, p.01). A primeira chamada no site do governo ocorreu 2011, sobre a inscrição do Prêmio Educação Exemplar (primeiro nome apresentado para a premiação), - dava oportunidade para duas categorias o de "Gestor Exemplar" e de "Professor Exemplar". Na atualidade a política de premiação da educação da rede estadual paraibana visa fomentar, selecionar, valorizar e premiar as melhores práticas pedagógicas bem sucedidas. (PARAÍBA, 2018).

Para concorrer os interessados devem escrever um projeto e desenvolvê-lo, no calendário programado. Apresentar relatórios e ter a meta estipulada para o Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba - IDEPB alcançada. Assim, receberá da comissão julgadora uma referida pontuação, conforme explicitada nos requisitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há indício da compatibilidade política entre os governadores, as medidas educacionais, que fizeram surgir a política de bonificação/premiação, perpassam pelo mesmo prisma de ações políticas em consonância com o projeto neoliberal de sociedade, principalmente da educação no desenvolvimento para o mundo do trabalho. Ambas as políticas tomam o IDEB como referente para o alcance da bonificação/premiação, mesmo que cada estado tenha elaborado seu indicador próprio (IDEPE e IDEPB).

A bonificação/premiação "na contramão" das necessidades financeiras não é incorporada ao salário/benefícios. Esses estão apresentados claramente nos discursos textos legais analisados, enquanto um mecanismo de aceleração do trabalho, do cumprimento de metas, de busca pela melhoria da qualidade de ensino a partir do trabalho da gestão escolar e do trabalho docente

Em termos de distanciamento entre as duas políticas levantadas, encontramos pouquíssimos elementos:

- sobre a participação da gestão escolar e da escola em PE é uma participação obrigatória; na PB, a escola faz a opção de participar do Prêmio;

- sobre o pagamento da bonificação/premiação: em PE as escolas que atingem pelo menos 50% das metas recebem a bonificação; na PB o professor pode ganhar o 14º e o 15º salários se ele participar dos dois programas (Escola de Valor e Educação Exemplar).

De todo modo, destacamos que em ambos os casos faltam elementos para definir a política como uma política de valorização profissional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. Regulação da gestão da educação básica no Brasil a partir de programas federais. In: GOMES, Alfredo Macedo (Org). **Políticas públicas e gestão da Educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

BRESOLIN, Antonio Bara; COSTA, Caio César de Medeiros. Avaliação de políticas de pagamento por performance na educação pública: o caso de Nova York. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...**, p. 1-14. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB1426.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

PARAÍBA. **Governo avalia dossiês dos prêmios “Escola de Valor” e “Mestres da Educação”**. João Pessoa: Secretaria de Imprensa. Balanço 7/112016. Disponível em: <https://pbagora.com.br/conteudo> Acesso em :26/07/2017.

PARAÍBA. **Medida Provisória nº 181** , de 22 de agosto de 2011. Institui o Prêmio Educação Exemplar. Paraíba: Poder Executivo Estadual. Diário Oficial -Nº 14.722 João Pessoa. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2011/08/diariooficial23> . Acesso em:25/07/2017.

PARAÍBA. O Edital Nº 005/ 2016–GS, de referência ao Prêmio Escola de Valor

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **A avaliação das escolas estaduais e o bônus de desempenho educacional – BDE:** Nota Técnica. Recife: SEDUC, [2009].

Disponível em:

<http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/nota_tecnica_idepe.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

PERNAMBUCO. **Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco.**

Governo do Estado de Pernambuco: SEDUC. 2008. Disponível em:

[WWW.siepe.educacao.pe.gov.br](http://www.siepe.educacao.pe.gov.br). Acesso em: 15/10/2017.